**PROCESSO**: **n º** 1800-000093/2017

**INTERESSADO:** 9ª COORDENADORIA REGIONAL DE ENSINO-PENEDO

**ASSUNTO:** PAGAMENTO DE ALUGUEL

**DETALHES:** MÊS DE DEZEMBRO/2016

Trata-se de **Processo Administrativo nº** 1800-000093/2017, volume I, com 17 folhas, que versa sobre a solicitação de pagamento de locação de imóvel onde estava instalada a 5ª Coordenadoria Regional de Ensino, tendo como locadora a Sra. **Luiza Maria Vital Deolino (CPF 587.796.804-10)**, no valor de **R$ 7.771,22 (sete mil, setecentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos)**, referente ao mês de dezembro/2016.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

Nesse sentido, em atendimento ao Despacho GAB/SEDUC Nº 3.446/2017, e à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls. 17), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado nos autos do processo:

**1 – DO MEMORANDO –** Às fls. 02, verifica-se o Memorando nº 002/2017/5ª GERE GESTÃO ADMINISTRATIVA, datado de 03/01/2017, de lavra do Gerente 5ª Região, Luzia da Conceição Santos, solicitando o pagamento do aluguel do mês de dezembro/2016.

**2 – DO CONTRATO –** Às fls. 05/08, observa-se cópia do Contrato nº 008/2014, datado de 13/03/2014, celebrado entre a SEEE e a Sra. **Luiza Maria Vital Deolino**,com vigência de 12 (doze) meses, com valor global de R$ 93.254,64 (noventa e três mil duzentos e cinqüenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos ), e alugueis mensais de R$ **R$ 7.771,22 (sete mil, setecentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos)**.

**3 – PARECER DA PGE –** Observa-se que não foi acostado aos autos a cópia contendo o DESPACHO PGE/PLIC nº 911/2014, datado de 10/09/2014, não foi acostado aos autos da lavra do Procurador do Estado Antônio Fontes Freitas Júnior, informando que **“mesmo com a ilegalidade na contratação o Estado não pode se locupletar usufruindo de bens e serviços privados em proveito próprio....”.**

**4 – CERTIDÃO DE IRREGULARIDADE –** Em análise não foi apensado aos autos o documento da Certidão Positiva de Débito junto a Prefeitura Municipal de Maceió da Sra. **Luiza Maria Vital Deolino**.

**5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – Às fls. 14, observa-se informações sobre a dotação orçamentária que atenderá a despesa.

**6 – DECLARAÇÃO –** Ás fls. 15, consta a Declaração, datada de 10/02/2017, de lavra do Secretário de Estado de Educação, informando da existência de disponibilidade financeira, e que a despesas não impactará financeiramente para o funcionamento do Órgão, em atendimento ao Decreto nº 51.828/2017.

De toda a explanação e detalhamento processual, do presente parecer e considerando as observações que circunstancia a despesa, alertem-se para a necessidade de informações, quais sejam:

1. **DAS CERTIDÕES** – Antes do pagamento, que seja verificada a regularização dos débitos junto a Prefeitura Municipal de Maceió, e que seja acostada aos autos a Certidão Negativa de Débitos, atualizada.
2. **NOTA DE EMPENHO** - Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e liquidação no valor total de **R$ 7.771,22 (sete mil, setecentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos)**,
3. **RECIBO –** Que seja acostado aos autos o recibo do pagamento quando da realização do mesmo com o atesto por parte do gestor contratual.

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução das pendências processuais apontadas dos itens I a III, ato contínuo que seja realizado o pagamento a locadora Sra. **Luiza Maria Vital Deolino (CPF 587.796.804-10)**, no valor de **R$ 7.771,22 (sete mil, setecentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos)**,

Maceió-AL, 10 de agosto de 2017.

Márcia Soares Costa Correia

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 101-5**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**